

HABEAS CORPUS Nº 492.822 - PB (2019/0039111-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
ERIBERTO DA COSTA NEVES - PB012010
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : SEVERINO DOS RAMOS LEITE DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de SEVERINO DOS RAMOS LEITE DA SILVA contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que indeferiu a petição inicial da Revisão Criminal n. 0804933-62.2018.8.15.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 16 anos de reclusão, em regime fechado, como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal (homicídio qualificado).

Após do trânsito em julgado da condenação a defesa ajuizou revisão criminal pretendendo a anulação da sessão de julgamento que pronunciou paciente. Para tanto alegou que o pedido de adiamento requerido pela defesa não foi apreciado em tempo hábil, mesmo tendo sido formulado quatro dias antes de sessão de julgamento.

Pugna, em liminar, seja concedida ordem para suspender os efeitos da condenação imposta e, no mérito, *"seja concedida a ordem, anulando-se o julgamento da apelação criminal, ocorrido na sessão do dia 17 de abril de 2012 e todos os atos subsequentes, para que seja novamente o processo submetido à apreciação da Câmara Criminal, a fim de que outro julgamento seja realizado, assegurando-se-lhes as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal"* (fl. 10).

É o relatório.

Decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Com efeito, a tese aqui deduzida não foi submetida ou apreciada perante o Colegiado da Corte Estadual, tendo em vista que o Relator da revisão criminal indeferiu liminarmente a ação revisional e não houve a interposição do recurso adequado para o

exaurimento da instância ordinária.

Dessa forma, inexistindo manifestação sobre o mérito do pedido no acórdão atacado, fica esta Corte Superior impedida de manifestar-se sobre o tema, vedada a supressão de instância.

Além disso, trata-se de matéria preclusa, não se mostrando admissível que a defesa venha a se insurgir somente agora, passada mais de 6 anos do fato, contra o tema, isso após ter permanecido inerte sobre a questão durante todo o curso da ação penal.

Nesse sentido:

HOMICÍDIO. JÚRI. DENÚNCIA. ADITAMENTO. INCLUSÃO DE QUALIFICADORA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA PROVA. VIOLAÇÃO A AMPLA DEFESA. DEFESA PRÉVIA E ALEGAÇÕES FINAIS. CONHECIMENTO DA DEFESA. NOTIFICAÇÃO DO RÉU. FALTA DE ARGUIÇÃO DO VÍCIO. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JULGAMENTO PERANTE O JÚRI. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ALEGAÇÃO DA DEFESA. NULIDADE. AUSÊNCIA. PRECLUSÃO.

1. *É pacífica a jurisprudência segundo a qual, no procedimento do júri, não há falar em nulidade quando foi dada oportunidade para a defesa se manifestar e ficou-se inerte.*

2. *No caso, tanto a defesa técnica quanto o réu foram cientificados do aditamento da denúncia e da inclusão da qualificadora do inciso IV do § 2º do art. 121 do CP, mas não se apontou em resposta preliminar ou mesmo em alegações finais a ilegalidade da prova obtida em sede policial depois do recebimento da denúncia.*

3. *Ademais, a defesa não suscitou não apontou a existência da nulidade em qualquer fase do procedimento criminal, só vindo a preconizá-la em sede de habeas corpus, há quase seis anos da decisão de pronúncia e há mais de dois anos da condenação definitiva, situação a atrair a preclusão processual.*

4. *De mais a mais, a eventual referência a depoimentos colhidos em sede policial não torna, ipso facto, nula a pronúncia, porque, como cediço, nesta fase o juízo é meramente de constatação do evento penal e não de mérito sobre a prática do delito.*

5. *Recurso desprovido.*

(RHC 87.482/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 27/03/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO. TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA ESCOLHA DOS JURADOS. CONTRADIÇÃO NA TRANSCRIÇÃO ELETRÔNICA DA ATA DE VOTAÇÃO. JUSTIÇA.

MATÉRIA ALEGADA APÓS O DECURSO DE 7 ANOS. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. INÉRCIA DA DEFESA. TESES NÃO SUSCITADAS NO MOMENTO CORRETO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, ante as alegações expostas na inicial, afigura-se razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal. Não é cabível a utilização do habeas corpus como substitutivo do meio processual adequado.

2. Verifica-se, na espécie, preclusão da matéria, em razão do longo tempo transcorrido, mais de sete anos, entre a impetração do mandamus e a sessão de julgamento do Tribunal do Júri em que ocorreram as supostas ilegalidades. Precedente.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em respeito à segurança jurídica e a lealdade processual, tem se orientado no sentido de que as nulidades denominadas absolutas também devem ser arguidas em momento oportuno, sujeitando-se à preclusão temporal. Precedentes.

4. Hodiernamente, a jurisprudência desta Corte Superior não admite a declaração de nulidades por presunção, razão pela qual a parte interessada tem o ônus de demonstrar o prejuízo sofrido pela irregularidade, mesmo nos casos das denominadas nulidades absolutas. Precedentes.

5. É pacífico ao entendimento de que as nulidades ocorridas no Plenário do Júri devem ser suscitadas logo após sua ocorrência e registradas na ata da sessão de julgamento, sob pena de preclusão, o que não foi feito no presente caso.

Habeas corpus não conhecido. (HC 214.292/GO, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 27/09/2017)

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator